



Oportunidades para um crescimento verde e sustentável no Brasil pós-Covid 19

Documento conceitual



Oportunidades para um crescimento verde e sustentável no Brasil pós-Covid 19

Resumo

Presente em todas as esferas de diálogo, públicas ou privadas, o processo de recuperação do cenário pandêmico que vivemos não apresenta, até o momento, um panorama consensual. A situação sem precedentes, apresenta, no entanto, oportunidades únicas para que os países procurem uma transição dos seus modelos econômicos dos seus modelos econômicos, visando não apenas “*building back better*”, mas de sim “*building forward better*”, abrindo novos caminhos mais sustentáveis. O continente europeu lidera o diálogo e as principais ações para apresentando pacotes ambiciosos para reativar a economia e assegurar a sobrevivência e

recuperação dos setores mais afetados. Este documento sistematiza o conceito de retomada verde pós-covid19, suas características e fases, além de identificar oportunidades para que o tripé economia, sociedade e meio ambiente se fortaleçam, como por exemplo, nos setores de uso da terra e infraestrutura (especialmente de energia, digitalização, transporte e saneamento). Esperamos que o documento seja uma base para diálogos no país para o desenvolvimento de uma economia resiliente e de baixo carbono e para uma transformação rumo a um modelo econômico mais sustentável a médio e longo prazos.

O globo em pandemia

A pandemia provocada pelo Covid-19 apresenta um cenário inédito, com desafios extremos para o mundo. A crescente disseminação do coronavírus levou muitos governos a introduzir medidas amplas no combate ao vírus, principalmente de cunho social e econômico. Mesmo diante deste investimento governamental, observa-se, a cada dia, turbulências fortes nos mercados¹.

Essa situação não deve ser entendida apenas como uma crise de saúde com consequências econômicas e sociais, mas também como um sintoma do uso e consumo insustentável dos recursos naturais do planeta. As ações antrópicas observadas nas últimas décadas – globalização, urbanização, perda de biodiversidade, aumento das mudanças climáticas e a destruição de ecossistemas, por exemplo, facilitam o surgimento de doenças zoonóticas, que respondem por 20% de todas as mortes em países de baixa renda (OMS, 2019).

Após a crise financeira de 2008, o sistema financeiro mundial atingiu certa estabilidade. Como consequência, observou-se na economia real, por conta dos cenários positivos, um aumento dos investimentos empresariais e, por consequência,

das taxas de endividamento. A pandemia, por sua vez, provocou um ciclo vicioso: para honrar os compromissos financeiros assumidos, as organizações precisaram reduzir custos cortando empregos, o que impacta negativamente o consumo das famílias, e, dessa forma, perpetua a recessão e acentua as desigualdades sociais existentes (OCDE, 2019).

Serão necessárias ações concretas para estimular a economia novamente nos próximos meses e anos, investimentos públicos da ordem de bilhões de dólares serão realizados mundialmente em uma escala crescente. Tal cenário oferece oportunidades para uma transição acelerada em direção a uma economia mais sustentável no futuro, mas também grandes riscos. A injeção de investimentos em atividades extrativas e não sustentáveis, buscando uma recuperação rápida, pode trazer um efeito de longo prazo em que tais investimentos podem se tornar inviáveis economicamente (p.ex. infraestruturas baseadas em combustíveis fósseis) diante de um cenário de crescimento verde e sustentável.

¹ De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 436 milhões de empresas em todo o mundo estão expostas a riscos comerciais significativos como resultado do Covid-19.

Tendências na União Europeia e Alemanha

Buscando a neutralidade de carbono até 2050, e com metas ambiciosas até 2030, a União Europeia lançou o Plano de Recuperação da Europa associado ao Pacto Ecológico Europeu, que apresenta ações prioritárias do continente visando mitigar os efeitos da pandemia, com recuperação econômica por meio da aceleração de uma transição verde e sustentável.

A Alemanha adotou diversas medidas para o combate e a mitigação dos efeitos da Covid-19 com foco na recuperação da economia. O país direcionou mais de um quarto dos recursos do programa de conjuntura, com volume total de 130 bilhões de euros, para medidas de recuperação econômica verdes voltadas para o clima e energia.

Retomada econômica

Um modelo econômico de retomada verde e sustentável deve se basear em três fases distintas, mas interligadas:

1. Contingência, o enfrentamento da situação através de medidas emergenciais. Tais medidas, em geral, têm características protecionistas e assistenciais de curtíssimo prazo. Nesta fase, o principal objetivo é aumentar a liquidez da economia e reduzir os impactos sociais.

2. Resiliência, buscando o desenvolvimento e implementação de medidas de proteção a choques externos, a garantia de liquidez de ativos e modelos de transferência de risco. Implementar ações concretas alinhadas a objetivos futuros de desenvolvimento verde e sustentável, abrindo o caminho para a retomada das atividades econômicas.

3. Build forward better, focada na inovação e reinvenção (longo prazo), em que são implementadas ações estruturantes, como pacotes de subsídios e estímulo econômico, investimentos em infraestrutura resiliente e reorganização de gastos públicos.

Crescimento verde e sustentável pós-Covid-19

A GIZ entende que o crescimento verde e sustentável pós-Covid-19 consiste em medidas que, com financiamento público e privado, não apenas ajudam a lidar com as consequências sociais, econômicas, ecológicas e políticas imediatas da crise do coronavírus, mas também servem como balizadores futuros para reformas estruturais e uma mudança econômica transformadora em direção à sustentabilidade, mitigação e resiliência climática após a pandemia.

As medidas de crescimento verde e sustentável

pós-Covid-19 devem ser orientadas para as oportunidades, e considerar os riscos para o meio ambiente, o clima e a economia. Tais medidas, se estrategicamente implementadas, proporcionariam o desenvolvimento de uma economia sustentável e de baixo carbono no longo prazo, garantindo assim a intergeracionalidade² social, econômica e ambiental, positiva.

A GIZ identificou uma série de características que medidas de crescimento verde e sustentável pós-Covid-19 devem apresentar³:

>>> Temporalidade: endereçar de forma rápida, por um tempo limitado, as necessidades de um grupo-alvo específico, e, a médio e longo prazo, estabelecendo o caminho para uma transformação socioeconômica e ecológica.

>>> Ação local alinhada ao global: todas as iniciativas, sejam elas emergenciais, de médio ou longo prazo, devem respeitar e fomentar os princípios dos tratados e acordos internacionais vigentes, tais como o Acordo de Paris, a Convenção de Biodiversidade ou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

>>> Transição justa: pessoas, regiões e setores que sofrem consequências negativas a curto e médio prazo como resultado da transformação da economia para um modelo mais sustentável devem receber apoio direcionado.

² O conceito de intergeracionalidade aborda o princípio das gerações futuras arcarem com as consequências das ações da geração atual. (Nota dos autores)

³ Adaptado GIZ, 2020.

>>> **Inclusão:** medidas de desenvolvimento verde e sustentável devem ser contextuais e sensíveis ao conflito, a fim de responder às necessidades agudas dos mais vulneráveis, respeitando o princípio de “não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030.

>>> **Padrões de consumo e produção sustentáveis:** as medidas de crescimento verde pós-Covid-19 voltadas à política econômica devem oferecer incentivos específicos para uma transformação em direção a padrões de consumo e produção sustentáveis, inovação tecnológica e economia circular.

>>> **Geração de empregos verdes:** a geração de empregos verdes, por meio de capacitações e programas de desenvolvimento, tanto focado nos desafios das indústrias atuais quanto das futuras, deve estar no centro das decisões de ações, iniciativas e políticas.

>>> **Política fiscal e orçamentária verde:** incentivos fiscais verdes que estimulem a transição devem ser implementados com prazos e durações limitados, e, a longo prazo, deve-se focar em uma política financeira e orçamentária verde, assim como na remoção de subsídios que prejudicam o ambiente e o clima, e na inserção, por exemplo, da precificação de carbono.

>>> **Financiamento sustentável:** fomentar finanças sustentáveis é essencial para mobilizar recursos privados e o redirecionamento sistemático dos fluxos financeiros para investimentos em desenvolvimento sustentável.

A trilha do desenvolvimento verde e sustentável no Brasil

Retomada interrompida

Em um período de recessão e busca de retomada ao crescimento, ao final do ano de 2016, o Congresso brasileiro promulgou a Emenda Constitucional 95, também chamada de “Teto dos Gastos”. Parte de um processo de reestruturação das contas públicas, que acumulavam déficit ao longo dos anos, a medida foi um marco no processo de reforma estrutural da administração pública federal.

Esta medida impactou a economia nacional e serviu de base para a proposta de reestruturação econômica do governo eleito em 2018. A aprovação da reforma da Previdência em 2019 trouxe diversas mudanças ao sistema previdenciário brasileiro que, de acordo com a equipe econômica do governo, têm o potencial de gerar uma economia de cerca de R\$ 800 bilhões⁴ nas contas públicas em 10 anos. Tal medida efetivamente gerou um impacto positivo na economia nacional, sinalizando uma expansão econômica e possível retomada do crescimento.

O ano de 2020, no entanto, levou o país a uma trilha contrária. A pandemia do Covid-19 derrubou a economia global em dimensão histórica, e o Brasil voltou a ser empurrado à recessão.

Sendo um dos países mais afetados, o governo brasileiro reagiu frente ao choque adotando uma série de medidas emergenciais, de curto prazo, de apoio à saúde e à economia, focando essencialmente na preservação de empregos, renda e produção⁵.

Com o objetivo de irrigar a economia nacional e buscar atrair investimentos externos, foram tomadas ações como a redução da taxa Selic ao seu menor nível histórico, e dos depósitos compulsórios bancários, além de medidas para aumentar a disponibilidade de capital social através de auxílios sociais e saques emergenciais. Os gastos do governo brasileiro para combate à crise somam, até o momento, aproximadamente R\$ 411 bilhões⁶.

O país, no entanto, continua vivendo uma situação orçamentária delicada, e, passado o primeiro impacto, torna-se necessário racionalizar a aplicação dos escassos recursos públicos. **Talvez a grande questão que hoje cerca a administração pública brasileira seja como implementar uma solução estruturante que vise um desenvolvimento verde e sustentável nos médio e longo prazos.**

O caminho verde e sustentável e o papel governamental

A busca da recuperação verde e sustentável, no entanto, não é, e não será, um caminho a ser

trilhado de forma solitária. Será necessário investimento privado e também engajamento social, **pila-**

⁴ inss.gov.br/nova-previdencia-confira-as-principais-mudancas/

⁵ tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19 (consulta em 25.08.2020).

⁶ tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19 (consulta em 22.09.2020).

res que somente se sustentarão por meio de uma forte liderança governamental.

É papel do Estado garantir a aplicação e direcionamento de ações para as regiões e setores mais vulneráveis. Em um país continental como o Brasil, isso é fundamental. Iniciativas e ferramentas internacionais já existentes, tais como princípios de taxonomia verde e sustentável (por exemplo, os da União Europeia), a integração das diretrizes de *due diligence* ambiental da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para os créditos de exportação assim como na política de investimento, e princípios para emissão de títulos temáticos (green bonds, social bonds, Covid bonds, etc.), poderiam (e devem) ser utilizadas para nortear ações, e, dessa forma, contribuir para a atração de novos investimentos.

Quais os caminhos então, para a construção da necessária resiliência econômica e que garanta o *build forward better*?

Voltando ao pacote de reformas estruturantes do governo brasileiro, a reforma tributária, considerando aspectos sociais e ecológicos, talvez seja um dos principais pilares nessa busca. A criação de resiliência econômica passa tanto pela redução e pelo correto direcionamento da carga fiscal, buscando amadurecer e viabilizar mercados e iniciativas verdes e sustentáveis, criando uma estrutura e um arcabouço regulatório e de mercado favoráveis ao desenvolvimento e criação de empregos, quanto pela eliminação de subsídios existentes que perpetuam o status quo da economia atual e incentivam a poluição ou a destruição da natureza ("*tax bads, not goods*").

Potencias e desafios da realidade brasileira

O Brasil, assim como outros países em vias de desenvolvimento, apresenta, entre suas maiores oportunidades, os investimentos em infraestrutura. No entanto, a existência de uma série de projetos não é garantia de atração de investimentos internacionais que, cada vez mais, procuram critérios ambientais, sociais e de governança (ASG)⁸ nos projetos. Segundo estudo publicado pela *Climate Bonds Initiative*⁹, apenas cerca de 15% dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos¹⁰ apresentam potencial de investimentos

Uma adequação fiscal, no entanto, é apenas parte da solução. É necessário investimento em volumes consideráveis. Como então o governo brasileiro, em um cenário de escassez, poderia ser protagonista?

A aplicação do conceito de *blended finance*⁷ é uma das ferramentas para potencializar a liderança governamental neste ponto. Os recursos e investimentos públicos, direcionados e mobilizados para atrair o capital privado, seja por meio da eliminação de falhas de mercado, da redução da percepção de risco ou do desenvolvimento tecnológico, aliados aos incentivos adequados, entregues por uma robusta reforma tributária, têm a capacidade de mobilizar o capital necessário para a construção da resiliência econômica.

Mas, nenhum recurso será efetivamente mobilizado e implementado se um pipeline de projetos sustentáveis não estiver disponível.

De acordo com estudo liderado pelo WRI (2020), adotar premissas para buscar o desenvolvimento de uma economia verde pode fazer com que o Brasil cresça mais nos próximos 10 anos, com aumento acumulado adicional de Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2,8 trilhões até 2030 com relação ao cenário business-as-usual. A retomada verde geraria, por exemplo, 2 milhões de empregos a mais nesse período, quatro vezes mais que a quantidade de postos de trabalho existentes hoje no setor de petróleo e gás brasileiro.

verdes. É importante estar preparados para cenários de futuros de crise; e hoje, quando se fala em crise, a mudança do clima desempenha papel importante nas decisões de investimento futuros. A não observância aos riscos e às tendências internacionais de investimento irá dificultar a atração dos recursos internacionais.

Adotando-se, por outro lado, um alinhamento dos projetos nacionais ao desenvolvimento verde e sustentável, abre-se um leque de oportunidades. Para nomear algumas:

>>>Energia: o desenvolvimento de projetos de infraestrutura de transmissão e distribuição eficientes, a geração descentralizada de energia renovável, assim como a diversificação da matriz energética e a inclusão de novas tecnologias, além de alinhadas à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em

⁷ *Blended finance*, de acordo com o conceito desenvolvido pela OCDE, é a utilização de recursos públicos direcionados para estratégias de desenvolvimento de forma a atrair investimentos privados.

⁸ Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança.

⁹ https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_giio_2019_02c_0.pdf

¹⁰ <https://www.ppi.gov.br/>

inglês) brasileira¹¹, têm enorme potencial de atração de investimento¹². A busca e a promoção da eficiência energética, bem como a produção e a utilização do hidrogênio verde¹³ como fonte energética podem posicionar o país na vanguarda tecnológica em energias renováveis e alternativas.

>>> **Mobilidade urbana:** desenvolver estratégias associadas à eletrificação de frotas (coletivas e individuais) e ao incentivo à produção nacional de veículos elétricos¹⁴.

>>> **Transporte ferroviário:** o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que permitir e difundir a construção ferroviária privada por autorização tem potencial de investimentos privados na ordem de R\$ 1 bilhão por ano, com geração de 100 mil empregos.

>>> **Infraestrutura digital:** a transformação digital permite a diversificação de atividades produtivas, aumentando a resiliência da economia brasileira. Fomentar, por exemplo, data centers eficientes, transmissão de dados com menor pegada de carbono, entre outros, pode ser tratado como um novo marco. Devido à pandemia, a transformação digital e o tráfego global da Internet aumentaram quase 40% entre fevereiro e abril de 2020. No Brasil, a perspectiva é de aumentar ainda mais com a introdução da tecnologia 5G. Hoje, o país detém 2,5% do tráfego da Internet no mundo, 40% do tráfego IP da América Latina e é o país latino-americano com maior concentração de cabos submarinos¹⁵.

>>> **Potencial natural:** fomentar conceitos para o uso e gestão sustentáveis de áreas protegidas pode ser um dos caminhos. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cada R\$ 1 investido em Unidades de Conservação gera R\$ 7 de retorno para a economia nos níveis municipal, estadual e federal¹⁶.

>>> **Inovação tecnológica:** a inovação na indústria deve ser fortalecida, tanto através de medidas diretas de incentivos, quanto através de, por exemplo, uma política de compras sustentáveis do governo que, ao estimular a inclusão de tecnologias sustentáveis, reconheça, valorize e precifique positivamente novas tecnologias frente aos processos padrões da indústria.

>>> **Uso da terra:** o setor agropecuário, que hoje é o grande motor da economia nacional, já possui um arcabouço técnico (o Plano de Agricultura de Baixo Carbono – Plano ABC¹⁷) e regulatório que poderia ser fortalecido. Trará grande ganho econômico ao país incentivar a eficiência da produção e o Plano ABC, ampliar as linhas de crédito, alavancando investimentos privados através de instrumentos de blended finance, e alinhar os critérios existentes do plano Safra, e investir em capacitação e treinamento, bem como na cadeia logística de distribuição para evitar perda de alimentos¹⁸.

O futuro é agora

O ano de 2020 representa uma grande quebra de paradigmas globais. O mundo caminha em direção à busca pelo desenvolvimento verde e sustentável. As principais economias do mundo, lideradas por aquelas do continente europeu, reconhecem a imediata necessidade da descarbonização da economia, e traçam planos concretos em busca de tal objetivo. O Brasil, que historicamente sempre se posicionou na liderança e vanguarda

da agenda climática, possui iniciativas inovadoras, setores promissores e bons projetos. Iniciar um processo transitório rumo a um modelo econômico mais sustentável e verde, explorando potenciais já existentes, e incluir medidas novas, pode fazer do Brasil um dos protagonistas da economia verde e sustentável, e, principalmente, atrair e mobilizar grandes volumes de investimento internacional.

¹¹ <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>

¹² A ABEEólica estima que para cada novo megawatt instalado, 15 empregos sejam criados no setor (diretos e indiretos).

¹³ <https://brasillen.rio.ahk.de/pt/meio-ambiente/hidrogenio-verde-oportunidades-de-negocios>

¹⁴ Segundo o IPEA, “o bom funcionamento dos sistemas de mobilidade urbana é peça-chave para a promoção de cidades eficientes e sustentáveis, com impactos diretos sobre a economia”.

¹⁵ <http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/estrategiadigital.pdf> (consultado em 25.08.2020)

¹⁶ <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9901-icmbio-lanca-nova-edicao-sobre-contribuicoes-do-turismo-em-uc> (consultado em 25/08/2020)

¹⁷ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/plano-abc-agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono>

¹⁸ De acordo com a Climate Policy Initiative (CPI), as perdas apenas de soja, por conta de infraestrutura inadequada, somente em 2017, foram da ordem de R\$ 2 bilhões. Um investimento da ordem de 2% do PIB se faria necessário para corrigir a situação e apresentaria um payback de três anos – sem mencionar benefícios indiretos a outros setores que isso traria, como o transporte de outros grãos, minérios e passageiros.

Oportunidades para um crescimento verde e sustentável no Brasil pós-Covid 19

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
(GIZ) GmbH

SCN Quadra 01, Bloco C, 150 andar
Edifício Brasília Trade Center - Brasília

Autoria

Daniel Ricas

Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS)

Assessor técnico

Co-autoria

Kristina Kramer

Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC)

Assessora técnica

Revisão

Sebastian Sommer

Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS)

Diretor de projeto

Anja Wucke

Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC)

Diretora de projeto



Por meio da

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH